

Regimes de liberdade e regimes autoritários a partir das leituras de Leo Strauss e Claude Lefort das obras maquiavelianas

João Gabriel da Silva Pinto Filho*

Resumo: Neste trabalho apresentaremos a temática das formas de governo na obra maquiaveliana a partir das interpretações de Leo Strauss e Claude Lefort. Para Strauss, os escritos políticos do autor de Florença revelam uma ruptura com os fundamentos da antiguidade grega e expressam o início da decadente idade moderna. O abandono da busca de um bem comum para a cidade, a desvinculação entre moral, religião e política, e a alocação dos regimes de governo em um mesmo plano são mostras de uma intenção “oculta” de promoção da tirania. Já para Lefort, o republicanismo maquiaveliano é fundamental para a compreensão do político na modernidade e para a defesa dos regimes de liberdade. A obra do florentino desvela a existência de desejos antagônicos de dominação e de não opressão em uma divisão civil originária contida em todo corpo social da qual depende os regimes de governo. Nosso objetivo é compreenderem linhas gerais como interpretações tão dispares sobre as formas de governo na obra maquiaveliana revelam a concepção do político de cada um dos intérpretes, e se relacionam com suas análises dos grandes problemas apresentados à filosofia política do século XX: as “trevas” dos regimes totalitários e os desafios dos regimes democráticos.

Palavras-chave: Formas de governo; Democracia; Totalitarismo; Liberdade; Autoritarismo.

INTRODUÇÃO

Pese a todo lo que podía distanciarlos, ningún lector de Claude Lefort ignora sin embargo el hondo interés que este profesó por la obra de Leo Strauss¹.

Leo Strauss, alemão de origem judaica, é um dos grandes representantes do conservadorismo filosófico do século XX. Para ele a filosofia não é posse da verdade, mas sim busca, e por isso, atividade conflituosa entre a cidade e o filósofo. Devido a este

* Mestrando em Filosofia Política na Universidade Federal de Minas Gerais (2017/2018). Instituição financiadora da pesquisa: CAPES.

¹ “Apesar de tudo o que poderia distanciarlos, nenhum leitor de Claude Lefort, no entanto, ignora o profundo interesse que ele professava pelo trabalho de Leo Strauss”. (HILB, 2015, p. 275, Tradução nossa).

conflito, em *Perseguição e a arte de escrever* (1952) o autor identifica dois tipos de escrita filosófica: 1) *esotérica*, uma economia da verdade nas entrelinhas reservada a poucos, e 2) *exotérica*, direcionada ao entendimento de um público amplo. Para Strauss, um belo exemplo de escrita *esotérica* está na obra de Maquiavel. (STRAUSS, L., 2015, p.45)

Já o pensador francês Claude Lefort é um dos maiores representantes da *Escola Francesa do Político*. Merleau-Ponty, seu professor no Liceu, o influenciou de forma determinante, tanto no incentivo ao aprofundamento nas obras de Marx e Trotsky, como na relação com a fenomenologia, que lhe possibilitou a recusa de dogmas marxistas. Poirier destaca a importância de Maquiavel, “o outro de Marx” para Lefort. Foi o autor florentino quem permitiu ao pensador francês uma melhor compreensão do político. (POIRIER, N., 2011, p.370)

As obras *Thoughts on Machiavelli* (1958) de Strauss e *Le travail de l'oeuvre Machiavel* (1972) de Lefort, compõem o ápice da leitura dos dois intérpretes dos textos maquiavelianos. As abordagens extremamente díspares, separadas por apenas quatorze anos, são consideradas marcos interpretativos da obra do florentino. Ambas concordam que o tratamento dado por Maquiavel em relação às Repúblicas, Principados e Tirantias, à temática das formas de governo, diverge tanto da antiguidade clássica quanto dos contemporâneos do autor de Florença. Segundo Strauss, a teorização sobre regimes perde espaço para a valorização da efetividade da ação do príncipe. Já para Lefort, a busca pelo regime que harmoniza a cidade é substituída pela compreensão da relação entre a divisão civil e as formas de governo.

1. FORMAS DE GOVERNO: A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E A OBRA DE MAQUIAVEL

Dico, adunque, che tutti i detti modi sono pestiferi, per la brevità dela vita che è ne' tre buoni, e per la malignità che è ne' tre rei. Talché, avendo quelli che prudentemente ordinano leggi, conosciuto questo difetto, fuggendo ciascuno di questi modi per sé stesso, ne elessero uno che partecipasse di tutti, giudicandolo più fermo e più stabile; perché l'uno guarda l'altro, sendo in una medesima città il Principato, gli Ottimati e il Governo Popolare.²

A reflexão sobre o melhor regime de governo na antiguidade surge em analogia com a alma na *República* de Platão. Como o elemento racional governa melhor a alma, o filósofo deve governar a cidade. Segundo Strauss, a *República* revela a natureza da política

² “Digo, portanto, que todos esses regimes são pestilentos, pela brevidade da vida que há nos três bons e pela malignidade que há nos três ruins. Assim, aqueles que prudentemente ordenam leis, sempre que tiverem conhecimento dos defeitos decada um desses regimes por si mesmos, escolheram algum que tivesse um pouco de todos, por o julgarem mais firme e estável; porqueum toma conta do outro, quando numa mesma cidade há principado, optimates e governo popular” (MACHIAVELLI, 1971. p. 80, Tradução nossa)

e da cidade (STRAUSS, 1984, p.138). Aristóteles, na *Política*, classifica os regimes pelas categorias da qualidade (bem comum/interesse privado), e quantidade (um/poucos/muitos). Para ele, entre os *corretos* (Monarquia/ Aristocracia/ República) e os *desviantes* (Tiranía/ Oligarquia/Democracia), a melhor forma de governo realizável é o Regime Misto (Oligarquia e Democracia). Já o historiador grego Políbio defendeu a existência da *anacyclose*: a substituição dos regimes de governos em ciclos constantes, afetados pelos progressos da corrupção.

No início da modernidade, Maquiavel altera a reflexão sobre as formas de governo. Inicialmente afirma que um homem extraordinário pode alterar os ciclos de degenerescência dos regimes de Políbio, mas depois descarta essa ideia e faz um elogio ao regime misto. Strauss se apegue a capacidade de ação extraordinária e, citando as obras maquiavelianas, defende que a visão do príncipe real de *O Príncipe* e a visão dos príncipes em potencial dos *Discursos* como agentes que podem se impor à fortuna alteram significativamente o modo como o regime tirânico havia sido tratado até então.

Lefort, ao investigar o regime misto na obra maquiaveliana, assinala que toda sociedade política se ordena em função da divisão de humores entre grande e povo, e que o modo como o florentino compõe o quadro a favor do bom regime instiga a suspeita. "Nós temos o direito de nos perguntarmos se a fórmula do regime misto, à qual ele (Maquiavel) faz um sonoro elogio, é efetivamente justa a seus olhos, ou se ela lhe fornece somente um artifício para arrastar seu leitor por uma nova via". (LEFORT, C., 1972. p. 471)

2. UM PROFESSOR DE TIRANOS: O MAQUIAVEL DE LEO STRAUSS.

Thoughts on Machiavelli is an exoteric book.(...) In this it is to be distinguished from the books with which it is concerned, Machiavelli's Prince and Discourses on Livi. These are esoteric books because almost all readers, and especially scholarly readers, believe they understand them, and only Strauss has shown they do not.³

Segundo Strauss, Maquiavel fundou a ciência política moderna através de um ensinamento novo, ao romper com importantes elementos da antiga filosofia clássica. Um deles foi da natureza como fundamento do justo: "Maquiavel nega o direito natural, porque ele toma como referência as situações extremas em que as exigências da justiça estão reduzidas aos requisitos da necessidade, e não às situações normais em que as exigências da justiça no sentido estrito do termo são a lei suprema". (STRAUSS, 2009. p.

³ "Reflexões sobre Maquiavel é um livro exotérico.(...) Nisto deve ser distinguido dos livros de Maquiavel que trata, como o *Príncipe* e *Discursos sobre Lívio*. São livros *esotéricos*, porque quase todos os leitores, especialmente os leitores acadêmicos, acreditam que os entendem, e apenas Strauss demonstrou a eles que não" (MANSFIELD, 1975. p. 372, tradução nossa).

440). Para ele, o florentino libertou a física da cosmologia, baseou a política numa natureza humana capaz de dominar a fortuna, corrompeu a virtude aristotélica e cristã, desvirtuou a moral e combateu a Bíblia. A cidade passou a ser considerada em sua verdade efetiva e não em regimes de governo ideais. Manent destaca:

É um projeto polêmico. Contra qual inimigo? Contra o cristianismo? Contra a filosofia antiga? Strauss sugere tanto um quanto o outro. O que é certo é que o projeto é dirigido contra o que é comum a ambos: é uma questão de abandonar a busca vã e corrupta pelas cidades imaginárias que sonhou a filosofia, assim como a religião. (MANENT, 1989, p. 341, tradução nossa)

Na análise pormenorizada de Leo Strauss sobre Maquiavel em *Thoughts on Machiavel*, o pensador alemão destaca que a obra do florentino é cheia de equívocos variados, citações suspeitas, erros sobre nomes ou eventos, silêncios, generalizações e omissões inaceitáveis. Segundo ele: “É uma regra de prudência comum acreditar que todos esses erros são intencionais e em cada caso levantar a questão do que o erro pode ter a intenção de significar”. (STRAUSS, 2015. p.59) Todos esses indícios são essências para o método straussiano desvendar a verdade *esotérica* textual e descobrir a intenção de Maquiavel.

Investigando as duas principais obras do autor de Florença, Strauss afirma que, de forma *exotérica*, *O Príncipe* contém o ponto de vista principesco, e os *Discursos* o ponto de vista republicano e principesco. No entanto, *esotericamente*, as obras se complementam, pois o florentino esconde seu propósito: se apresentar como republicano aos republicanos, e como principesco aos príncipes, visando educar uma elite de príncipes em potencial para subjugar a igreja católica e unificar a Itália. Strauss ironiza:

O livro de Maquiavel sobre principados e o seu livro sobre repúblicas são ambos republicanos: o louvor das repúblicas que se encontra expresso nos livros sobre república jamais é contradito por um louvor dos principados em qualquer dos dois livros. Ainda mais digno de nota é o desprendimento aparentemente inumano com o qual Maquiavel atua como professor – e, portanto, como benfeitor – de tiranos da mesma forma que das repúblicas. (STRAUSS, 2015. p.345)

A filosofia política que deve buscar a verdade da ordem política justa e do melhor regime, visando o bem comum da sociedade, como defende Strauss, é subvertida por Maquiavel como prolongamento da visão principesca nas duas obras, o que leva a crer que o fundamental são as máximas de governo das quais o príncipe é a síntese, e não os regimes. Luís Falcão afirma sobre este ponto da interpretação straussiana:

As máximas aplicáveis a todos os governos, repúblicas ou principados, diminuem a ideia de um Maquiavel preocupado com a forma de governo e pouco inserido na tradição republicana. Posicionando-se sempre a favor da eficácia das ações nos regimes, Maquiavel não pode, mesmo que tente, esconder sua intenção de construir um efetivo governo sobre os homens. (FALCÃO, 2011. p. 104)

A impossibilidade aristotélica ou polibiana de estabelecer ordem política através de qualquer forma de governo a um povo corrompido se transforma apenas em dificuldade superável por um homem de grande capacidade (virtude). A ênfase recai sobre o poder de ação do príncipe fundador:

A dificuldade pode ser vencida por um homem extraordinário que usa meios extraordinários para transformar uma matéria corrupta em boa matéria; esse obstáculo ao estabelecimento do melhor regime, que é o homem enquanto matéria, o material humano pode ser vencido, porque essa matéria que é o homem pode ser transformada. (STRAUSS, 2016. pp. 96-97)

Em *On Tyranny*, Strauss afirma que em *O Príncipe* não há a distinção entre *príncipe* e *tirano*, nem menção ao bem comum, e que Maquiavel dá denominações diferentes a personagens históricos em suas obras. Em *O Príncipe*, Nábis é o príncipe dos espartanos e P. Pretuzzi o príncipe de Siena. Já nos *Discursos* Nábis é o tirano de Esparte e Pretuzzi o tirano de Siena. Seria evidente a negligência deliberada na distinção dos termos, pois o florentino é na verdade um professor de tiranos, um *teacher of evil* (professor do mal).

3. REGIMES DE GOVERNO E DIVISÃO CIVIL: O MAQUIAVEL DE CLAUDE LEFORT.

Mais quel est votre critère de vérité ? Qu'est-ce qui vous permet d'affirmer que c'est vous qui lisez justement Machiavel et non pas, par exemple, Léo Strauss ?" Telle a été d'ailleurs, à ma soutenance de thèse, la première question que m'a posée Raymond Aron.⁴

Em *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, Lefort investiga a interpretação de uma obra de pensamento, onde emerge um discurso sem mestre, pela presença de indeterminações oportunas à reflexão. O leitor deve lidar com a incompletude, onde o que importa é a

⁴ "Mas qual é o seu critério de verdade? O que lhe permite dizer que é você quem leu corretamente Machiavel e não, por exemplo, Leo Strauss? Esta foi, sobremaneira, na minha defesa de tese, a primeira questão que Raymond Aron me perguntou". (LEFORT, 2007, Tradução nossa).

posição ocupada pelo intérprete ao olhar a obra, iniciando um jogo de experiência política, e um questionamento do mundo designado por um Outro, que se reverte em um questionar sobre seu presente. “A obra se afirma instituindo um *mundo* no interior do qual se dá o mundo de fora; ou que a obra e a política passam uma na outra pela virtude da expressão.” (LEFORT, 1990. p. 166, tradução nossa)

O ponto crucial da interpretação lefortiana de Maquiavel está no capítulo IX de *O Príncipe*. Ele é explorado pelo autor de Florença em outras de suas obras e por Lefort em vários de seus textos:

Os homens não mudam: antigos e modernos são feitos com a mesma argila. Apenas muda a maneira pela qual os homens respondem às questões permanentes, levantadas pelo arranjo de uma Cidade, e em primeiro lugar está a questão da divisão entre os que querem mandar e os que desejam não serem comandados, oprimidos (LEFORT, 1999. p. 146).

O florentino, se opondo a seus contemporâneos, valoriza os tumultos da República Romana como causa de sua grandeza e identifica em toda cidade uma divisão de *humores* divergentes entre grandes e povo. “A imagem que rege o desejo dos grandes é a do ter; a imagem que rege o desejo do povo é a do ser” (LEFORT, 1979, p. 145). A origem desses desejos antagônicos pode ser pensada no interior de uma intersubjetividade. A raiz da organização política maquiaveliana não é um princípio formal de governo elaborado racionalmente, mas sim uma divisão originária de humores que possui um alcance ontológico na *instituição* do político.

O desejo do povo influencia na ordem e legislação da cidade, como obstáculo às formas políticas que querem incorporar seu lugar. A lei “nasce do excesso do desejo de liberdade, ligado sem dúvida ao apetite dos oprimidos – que buscam uma saída para sua ambição - e que não se reduz a isto, porque em todo rigor ela não tem objeto, é pura negatividade, recusa de opressão” (LEFORT, 1972, p. 477, tradução nossa). Devido à característica de seu desejo, o povo é o melhor guardião da liberdade e o melhor apoio para um príncipe, que deve agir como mediador entre grandes e povo num principado. Já numa república não existe terceiro, e sim um simbólico lugar vazio no poder, ocupado sempre de forma transitória num regime de liberdade.

Em sua análise de *O Príncipe*, Lefort compreende que o poder é o lugar do simbólico. A política se dá no campo das aparências, onde parecer é ser. O ser do príncipe é representação, esta em um fora dele, pois é pelos outros que ele vem a ser. O fundador de uma nova ordem não pode abrir mão de sua imagem e de sua identificação com os fundadores míticos. Seu maior desafio é que a unidade do povo, criação simbólica, se reconheça como tal e se identifique com ele. O príncipe, ao se elevar acima dos conflitos das divisões sociais com a criação de sua imagem em uma dimensão simbólica, institui a ordem política.

Portanto, para Lefort, a compreensão do político de Maquiavel não está nas formas de governo:

Maquiavel modifica a compreensão clássica da política de classificação dos regimes: No máximo, pode-se observar que tal comparação termina por descreditar a classificação dos regimes propostas anteriormente. A inteligência do problema político não nasce da apreciação do princípio do governo – monárquico, tirânico, aristocrático ou oligárquico-, mas daquele jogo das forças sociais que ali se organizaram. Mais importante do que definir a tirania como regime corrompido é, como entendemos, descobrir que, com ela, uma opressão substitui outra, a do príncipe substitui a da nobreza, cuja tendência natural leva à dominação direta e sem freio. (LEFORT, 1972. pp.473-474, tradução nossa)

A compreensão do político parte do desejo de dominar e do desejo de não ser oprimido que existe em toda cidade. Estes desejos não se reduzem a eventos históricos, em dependência daquilo que aparece na ação dos homens. As formas de governo que surgem na contingência dos fatos, os vários tipos de principados e os vários tipos de república, se originam da divisão de humores que instituem os diversos tipos de sociedade que vem a ser na história.

4. CONTRAPONTO ENTRE O MAQUIAVELIANISMO DE STRAUSS E LEFORT

Il y a une manière de désavouer Machiavel qui est machiavélique, c'est la pitié se ruse de ceux qui dire ignet leurs yeux et lès nôtres vers le ciel des princes pour lès détourner de ce qu'ils font. Et il y a une manière de louer Machiavel qui est tout le contraire du machiavélisme puisqu'elle honore dans son oeuvre une contribution à la clarté politique.⁵

Claudia Hilb defende a existência de um diálogo de Lefort com a obra de Strauss. Para ela, *Le Travail de l'oeuvre: Machiavel* “é em boa medida a exposição de uma tese acerca da ‘obra’ radicalmente contrária à tese de escritura perfeita sustentada por Strauss” (HILB, 2015. p.279, tradução nossa). Lefort destaca que “este pensador, tão preocupado em ligar a filosofia política ao ponto de vista do cidadão e do homem de Estado, não se permite assumir a tensão que habita em cada um de nós entre a experiência de cidadão,

⁵ “Há uma maneira de desqualificar Maquiavel que é maquiavélica, e consiste no ardil piedoso daqueles que dirigem seus olhos e os nossos para o céu dos princípios para desviá-los daquilo que fazem. E há uma maneira de louvar Maquiavel que é todo o contrário do maquiavelismo, porque honra na sua obra uma contribuição à clareza política” (MERLEAU-PONTY, 1960, p. 283, tradução nossa).

de indivíduo e de homem”. (LEFORT, 1999. p. 297, tradução nossa). O Strauss leitor de Maquiavel, em sua ‘interpretação exemplar’, se faz autor do discurso maquiaveliano, e ignora partes cruciais do texto onde o florentino rompe com a tradição, como os primeiros capítulos dos *Discursos*, que abordam a relação entre a divisão de classes e a divisão do social e do político, e também o engendramento do poder, da lei e da liberdade. Strauss negligencia a oposição entre o regime de Esparta e os tumultos geradores da grandeza da República Romana, onde Maquiavel identifica a divisão civil e funda sua crítica ao bom regime:

O intérprete se omite de interrogar sobre essa proposição incontestavelmente nova e incomum de que a causa da grandeza de Roma reside na discórdia (*desunione*): proposição crucial, pois leva ao reconhecimento que, na origem da República não existe tal coisa como uma fundação - a ação de um fundador - como gostamos de imaginar no exemplo de Esparta, mas um conflito no qual podemos vislumbrar uma divisão original do corpo social (LEFORT, 1972. p. 304, tradução nossa).

Em contrapartida, Strauss denuncia uma enorme subtração operada pelo autor de Florença na filosofia política. Maquiavel não traz à luz um único fenômeno político de importância fundamental que não fosse totalmente conhecido na antiguidade, e ainda reduz a questão da melhor forma de governo à ação do homem, que pode transformar pela força um povo corrompido em matéria incorrupta. Aristóteles condena a tirania, enquanto o autor de Florença trata-a como essencial para a fundação da cidade. O florentino, em vez de jogar nova luz à questão da política, realiza uma contração de foco e reduz parte significativa de seu horizonte: “Embora o suprapolítico esteja em toda parte e seja a todo tempo presente e efetivo no seu pensamento, Maquiavel analisa o político como se este não estivesse ordenado para o suprapolítico ou como se o suprapolítico não existisse” (STRAUSS, 2015, p. 358).

Já para Lefort, a obra maquiaveliana fundamentou e ampliou sua compreensão do político. Como as formas de governo são derivadas da divisão civil que engendra o modo de organização do poder e do social nos diversos tipos de sociedades, existem polos de experiência de conhecimento cuja separação é irreduzível. A reflexão sobre *o político* e a reflexão sobre *a política* são distintas, e, ao mesmo tempo, se entrecruzam. *Política* é atividade circunscrita na vida social, em instituições e práticas onde está o poder na sociedade de determinado local e época. *Político* é o que se revela num “duplo movimento de aparição e de ocultamento do modo de instituição na sociedade” (LEFORT, 1991, p. 25). É algo não empírico gerador de sentido da reflexão, numa arquitetura anterior ao social que o possibilita. Os princípios geradores de uma sociedade são simbólicos, e se dão a ver na representação dos agentes numa presença insuperável do indeterminado.

5. TOTALITARISMO, DEMOCRACIA, E A MELHOR FORMA DE GOVERNO SEGUNDO STRAUSS E LEFORT

Ich will Dir nur mitteilen, dass mir inzwischen der *modus procedendi ad obtinendum stipendium eiusdem generis* wie ich es habe, auch für Dich und unseresgleichen bekannt geworden ist. Ich halte es für sehr wahrscheinlich, dass Du bekommst, da Du die minimale Bedingung, die verlangt wird (nicht etwa "politische Wissenschaft") sicherlich erfüllen kannst. Ich werde Dir nach Prag das Nähere mitteilen.(...)Auf alle Fälle: absolute Diskretion. Dein Strauss. Berlin, den 20, September 1933.⁶

As leituras de Strauss e Lefort da obra maquiaveliana se relacionam com suas análises do século XX. Como na visão straussiana tal obra defende a tirania, ela será associada aos regimes autoritários. Strauss, descendente de judeus que escapou do nazismo, considera o totalitarismo uma espécie de tirania, porém mais violenta e devastadora, pois acrescida de tecnologia e ideologia. Ele evita usar o termo *regime totalitário* por discordar, por exemplo, de H. Arendt que o vê como nova forma de governo incorporadora do "terror" como motor, ou da ciência política de Karl Friedrich. Para Strauss, tirania e totalitarismo não são fenômenos distintos. Suas dissemelhanças são de época, e sua compreensão geral é crucial para o presente.

Mas, se na leitura straussiana, Maquiavel é um defensor da tirania, já haveria então em sua obra algo do totalitarismo? Sobre este ponto, H. Adverse afirma: "Obviamente, Strauss não responsabiliza o florentino pelas catástrofes políticas do século passado, mas elas não lhe são estranhas. O pensamento maquiavélico, que aniquila a distinção entre principado e tirania, torna-nos incapazes de captar a essência das tiranias modernas e de lhes fazer face" (ADVERSE, 2016. p. 32, tradução nossa).

Ao analisar a democracia, Strauss afirma que sua manutenção ou colapso depende de sua relação com a virtude de homens sábios. Na democracia moderna, o ideal da *Vontade Geral* de Rousseau impôs a escravidão, amparada na ideologia revolucionária de *liberté, fraternité et égalité*. No liberalismo moderno se instalou "uma das virtudes mais importantes exigidas para o funcionamento sem trancos da democracia, no que se refere às massas, que é a apatia eleitoral, ou a falta de espírito público" (STRAUSS, 1995. p. 5, tradução nossa). Liberalismo e positivismo geraram um relativismo mantido numa cultura de massas por uma elite governante sem virtude ou mérito, que dificulta na democracia o funcionamento de órgãos representativos e a garantia de liberdades.

⁶ "Eu quero apenas comunicar-lhe (em *latim*) o modo de proceder para obter o pagamento de gênero (em *alemão*) como eu tenho, também para você e para nossos outros. Eu acho muito provável que você consiga, pois tem as condições necessárias (não é "ciência política") para se efetivar. Contarei mais a você sobre Praga depois. (...) Em todos os casos: discrição absoluta. Seu Strauss. (STRAUSS, 2008. p.469, tradução nossa)

Sobre a melhor forma de governo, Strauss afirma: “O maior evento de 1933 pareceria provar, se tal prova ainda fosse necessária, que o homem não pode abandonar a questão da boa sociedade” (STRAUSS, 2016, p. 44) O melhor regime é a democracia aristocrática semelhante a da Grécia antiga, reestabelecadora de valores fundamentais. Para se chegar a ela, os meios tecnológicos atuais devem possibilitar um governo baseado na meritocracia, com a intrusão da democracia direta na democracia representativa. Para isto: “A educação liberal é o esforço necessário para fundar uma aristocracia no interior da sociedade democrática de massa”(STRAUSS, 2016. p. 298). O melhor regime straussiano está no extremo oposto da obra de Maquiavel, por tentar resgatar os valores desprezados por ela.

Já as análises de Lefort sobre democracia e totalitarismo seguem outra direção. N. Bignotto destaca:

A teoria da divisão do corpo social em desejos antagônicos associados a princípios políticos é um dos eixos do pensamento de Lefort. Ele encontra isso no curso de sua interpretação da filosofia de Maquiavel; no entanto, ele a transforma quando a mobiliza para o confronto de sua própria concepção com as de outras filosofias da modernidade. É especialmente importante quando ele analisa a realidade das sociedades de massa, presentes em fenômenos como os regimes nazistas e fascistas, com os quais o pensador florentino não poderia ter sido familiarizado. Lefort aborda o problema da identidade dos regimes totalitários mostrando que eles fazem da unidade do poder e da sociedade a pedra de recusa de toda heterogeneidade (BIGNOTTO, 2013. p. 44, tradução nossa).

Outras duas obras auxiliam Lefort em sua análise de regimes autoritários. No *Discurso sobre a servidão voluntária* de La Boetie, investigando as tiranias modernas, ele identifica a atração do corpo social pelo corpo do tirano, e o “charme” emanado do *nome do Um*, que liberta os sujeitos do temor da divisão. Em *Os dois corpos do Rei* de Kantorowicz, ele identifica as *matrizes simbólicas* das formações sociais a partir do corpo duplo do rei no Antigo Regime. Corpo mortal e individual que incorpora os corpos dos súditos num gigantesco corpo político unitário simbólico: o corpo místico, transcendente e imortal, que submete e homogeneiza, compondo a matriz teológico-política.

Uma mutação simbólica possibilita a substituição de matrizes: “A revolução democrática, por muito tempo subterrânea, explode quando o corpo do rei se encontra destruído, quando cai a cabeça do corpo político, quando simultaneamente, a corporeidade do social se dissolve”. (LEFORT, 2011, p.150). Com o rompimento da identificação simbólica, há uma desincorporação dos indivíduos, o poder se torna um lugar simbolicamente vazio, e sua ocupação empírica depende de procedimento com reajuste periódico. O povo, unidade simbólica desincorporada, questiona sempre sua identidade e zela pela liberdade.

São muitas as semelhanças entre o republicanismo maquiaveliano e a democracia lefortiana: “A associação feita por Lefort entre o conceito da república de Maquiavel e sua concepção de democracia se assemelha à tradição da república moderna, particularmente a da matriz italiana, e forja sua identidade teórica no pensamento político contemporâneo” (BIGNOTTO, 2013, p. 46, tradução nossa). São ambos regimes de liberdade, faltando à república de Maquiavel a ideia de soberania popular que é posterior a sua obra.

Para Lefort, a democracia moderna contém nela mesma as possibilidades de realização de seu outro, o totalitarismo. Segundo o autor francês: “Toda sociedade política supõe uma certa concórdia. Mas se esta é adquirida ao custo de instituições que mascaram a divisão daqueles desejos, que impede o povo de satisfazer seu ‘humor’, então a concórdia descortina os sinais de uma sociedade mutilada” (LEFORT, 1999, p. 166). Quando o vazio no poder é preenchido empiricamente há a usurpação da lei, e ocorre uma fratura na democracia. A visão dos ocupantes do poder como defensores de interesses privados extingue a legitimação. O social muda a imagem que tem de si, nega a divisão originária e resignifica simbolicamente o plano político. Há a reincorporação do poder Uno, em uma sociedade homogênea engendrada pela matriz simbólica totalitarista.

Lefort analisa o totalitarismo, sobretudo na URSS, onde a Revolução Russa impôs uma divisão degenerada distinguindo uma nova classe dominante, o aparelho do Estado, mas a unidade simbólica entre a classe dirigente e o proletariado se manteve. A completa identificação do poder com a força necessita da produção de inimigos, e reintroduz de forma paradoxal a figura do outro onisciente, todo-poderoso, o dirigente, o *Egocrata*. O complemento essencial desta cadeia de identificações é a ideologia do partido comunista, expressa num Estado coercivo, altamente burocrático e violento.

Por fim, sobre a melhor forma de governo, Lefort comenta em referência à obra maquiaveliana:

Tal é a razão pela qual a melhor República é superior a todos os outros regimes: é passível de movimento. Submetendo-se à experiência da instabilidade, consegue obter uma grande estabilidade. Além do mais, tornando sensível a indeterminação vinculada a todo estabelecimento humano, permite deslindar o papel a ser desempenhado pelo indivíduo, capacidade de ajuizar e de agir que, quaisquer sejam os motivos ou os móveis, excede o quadro das instituições, das leis ou dos costumes (LEFORT, 1999, p. 174).

De forma semelhante, para Lefort, a sociedade que se destaca frente aos outros regimes é uma democracia onde o acolhimento da divisão que oportuna à ação é parte constitutiva de sua unidade simbólica. O povo é referência fundamental da liberdade. O lugar do poder é simbolicamente vazio. As instituições, não fadadas à cristalização, expõem os conflitos, unindo as diferenças em um social que nunca consegue extinguir a

possibilidade latente de sua corporificação em seu extremo Outro. Uma democracia que nutre semelhanças com a melhor república maquiaveliana

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. *Strauss et Machiavel. La Tyranie et la Vertu politique*. PERI. UFSC. V.8. n.02. 2016. pp.21-36

BIGNOTTO, Newton. *Lefort and Machiavelli*. In: PLOT, M. *Claude Lefort – Thinker of the political*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.

FALCÃO, Luís. *Leo Strauss e a maldade camuflada de Maquiavel*. Kléos. N- 15, 2011. pp.95-113.

HILB, Claudia. *Leyendo a Claude Lefort: trasele rastro de Leo Strauss*. Revista Discurso. 45/2 USP. 2015. pp. 273-306.

LEFORT, C. *A invenção democrática – os limites da dominação totalitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. *As formas da história- ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *Desafios da Escrita Política*. São Paulo: Discurso, 1999.

_____. *Le temps présent – Écrits 1945-2005*. Paris: Belin 2007.

_____. *Le Travail de l'oeuvre: Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.

_____. *Pensando o Político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MANENT, P. *Le discours sans maître de Claude Lefort*. Archives européennes de sociologie, v. 14, 1973. pp. 324-335.

MANSFIELD, H. *Strauss's Machiavelli*. Political Theory, Vol. 3, N.4, 1975. Sage publications. pp. 372-384.

MAQUIAVEL, N. *Tutte le Opere*. A cura de Mario Martelli. Firenze. 1971.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signes*. Paris, Gallimard, 1960.

PLOT, Martín (org). *Claude Lefort: thinker of the political*. Palgrave Macmillan, 2013.

POLTIER, Hugues. *Claude Lefort. La découverte du politique*. Paris: Michalon, 1997.

STRAUSS, Leo. *Direito Natural e História*. Edições 70. Lisboa. 2009.

_____. *Gesammelte Schriften*. Weimar: Verlag J.B. Metzler Stuttgart, 2008. p.469.

_____. *Liberalism Ancient and Modern*. Chicago: University of Chicago Press 1995.

_____. *On Tyranny*. New York: Macmillan Company, 1963.

_____. *Perseguição e arte de escrever*. São Paulo: É Realizações, 2015.

_____. *Reflexões sobre Maquiavel*. São Paulo: É Realizações, 2015

_____. *Uma introdução à Filosofia Política – 10 ensaios*. São Paulo: É Realizações, 2016

_____. *The City and Man*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.